

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMOES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Saúde em risco

Um rombo orçamentário de R\$ 5,58 bilhões veio juntar-se à crise histórica do setor de saúde pública para formar o quadro alarmante de verdadeiro caos. É notória, dramática mesmo, a escassez de recursos, mas o governo está na obrigação de encontrar meios para resolver o problema. A proteção à vida paira acima de qualquer outra prioridade do Estado.

Espanta como se tornou rotineiro, no Brasil, constatação súbita de falta de verbas para o atendimento das demandas mais cruciais. Suspeita-se que os tecnocratas, cada vez mais numerosos e menos eficientes, são em parte significativa responsáveis por surpresas do gênero. No caso, agora revelado, dos deságios monumentais nas contas do Ministério da Saúde, ficou bem nítida a fragilidade dos critérios adotados para previsão de gastos.

Basta ver o relatório levado pelo ministro Adib Jatene à secretaria do Tesouro Nacional. A proposta orçamentária relativa às despesas com a prestação de assistência médica e ambulatorial desconsiderou nada menos de R\$ 2,86 bilhões necessários à cobertura das revisões de origem inflacionária. E, mais grave ainda, arrolou receitas R\$ 2,73 bilhões abaixo dos dispêndios previstos para o exercício de 1995.

Caso a secretaria do Tesouro não pro-

mova remanejamentos de verbas para cobrir o rombo, o Ministério da Saúde será forçado a entrar em colapso total, no tocante à assistência médica e ambulatorial, em meados de julho próximo. Semelhante perspectiva é algo apocalíptico em um país vulnerado por série incontável de doenças endêmicas e epidemias cíclicas. As baixíssimas condições de sobrevivência de alguns milhões de pessoas se associam ao cenário aí projetado para compor o formidável nível de pressões sociais sobre os serviços públicos de saúde.

Além da questão vista em seu perfil próprio, cabe examiná-la, também, sob o prisma da irrealidade com que os especialistas do Executivo impregnam o Orçamento da União. É conceito elementar da ciência administrativa que o Orçamento constitui verdadeiro programa de governo. Lamentável imaginá-lo como uma relação de receitas e despesas, com lançamento em rubricas lacônicas e ocas.

O rombo na contabilidade do Ministério da Saúde é bem a demonstração de desdidas da espécie e de tantas outras que tornam inexecutíveis os programas governamentais. E, como no episódio em foco, obrigam a sociedade a exigir do governo ação imediata para contornar o monstruoso risco potencial.